

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**



Atena
Editora

Ano 2021

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências sociais aplicadas: desafios metodológicos e resultados empíricos

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: desafios metodológicos e resultados empíricos / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-156-2

DOI 10.22533/at.ed.562211406

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Desafios metodológicos e resultados empíricos”. Com temáticas relevantes em relação a área de Ciências Sociais, são apresentados ao todo vinte e seis artigos organizados em seis principais temáticas.

Os artigos possibilitam o acesso a análises que objetivam reconhecer metodologias de pesquisas e de ensino, além de aproximações e aprofundamentos analíticos voltados para as áreas de educação, relações comerciais e de mercado, manifestações culturais e midiáticas, relações estabelecidas entre religião e política, tecnologia e impactos na vida cotidiana e por fim meio ambiente e contextos rurais.

Nos artigos em que são tratados os processos educacionais e de ensino, são realizadas análises e reflexões sobre metodologias e processos de gestão.

As relações comerciais e de mercado são pautadas com pesquisas voltadas para a análise dos impactos da pandemia, relações jurídicas e governança corporativa, enquanto as manifestações culturais foram pesquisadas a partir do reconhecimento do impacto e da interferência da mídia nas relações sociais contemporâneas.

As pesquisas com temáticas voltadas para a religião, possibilitam reflexões e análises com a questão política e relações sociais permeadas por modelos e posicionamentos diante dos processos de exclusão e desigualdades existentes.

As possibilidades de interação e inclusão são pautadas nas pesquisas que tratam da tecnologia enquanto ferramentas estratégicas para resolução de questões postas para pessoas com deficiência, entre as diferentes gerações e também nas relações empresariais.

Por fim, o meio ambiente é contemplado em pesquisas que relacionam a temática com o patrimônio cultural, unidades de conservação e gestão de cobertura vegetal.

Com temática contemporânea e relevante, espera-se com os artigos apresentados neste e-book a socialização de pesquisas realizadas, bem como, a contribuição para realização de novos questionamentos e análises das temáticas a partir de diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

METODOLOGIA QUALITATIVA E QUANTITATIVA: PERSPECTIVAS CONVERGENTES NA PESQUISA EMPÍRICA

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5622114061

CAPÍTULO 2..... 12

METODOLOGIAS DE ENSINO EM CONTABILIDADE: PERCEPÇÃO DE DISCENTES BRASILEIROS E ANGOLANOS

Kuama Berline Manuel

Antônio Carlos Ribeiro da Silva

Thayse Santos da Cruz

José Venâncio Ferreira Neto

Erisson Souza Barreto da Cruz

DOI 10.22533/at.ed.5622114062

CAPÍTULO 3..... 28

GRAU DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Fabrizio Meller da Silva

Natália Ferraz de Araújo

Taynara Maria Johann Batista

Vanderlei da Silva Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.5622114063

CAPÍTULO 4..... 48

O EFEITO DA REPETIÇÃO DE TAREFA NA PRODUÇÃO ORAL EM PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA

Benedita Maria do Socorro Campos de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.5622114064

CAPÍTULO 5..... 66

APLICAÇÃO DA GESTÃO ESTRATÉGICA NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Marcos Vinícius Mendonça Andrade

Ana Rosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.5622114065

CAPÍTULO 6..... 81

COVID-19: IMPACTOS NAS VENDAS DE PRODUTOS DE GIRO RÁPIDO NO ANO DE 2020 DURANTE A PANDEMIA

José de Figueiredo Belém

Daniel de Melo Moraes

Greice Kally Oliveira Batista

Cícera Vanessa Lins Ferreira

Cícero Alessandro Brito Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.5622114066

CAPÍTULO 7	94
O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES, DO ESTADO E DO MERCADO NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA CAPITALISTA NO ESTADO DO PARÁ: UMA BREVE ANÁLISE	
André Cutrim Carvalho Pere Petit	
DOI 10.22533/at.ed.5622114067	
CAPÍTULO 8	107
PLANO DE NEGÓCIOS - NUTRI & <i>FOOD</i>	
Rafaela de Oliveira Melo Salgado de Sabóia Antônio Carlos Magalhães da Silva José Antônio Menezes Varanda Maisa Sandra de Sá Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.5622114068	
CAPÍTULO 9	121
CONVERGÊNCIAS ENTRE GESTÃO PÚBLICA, ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E TEORIAS SOBRE AS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: O CASE TÁXIGOV	
Elson Cedro Mira	
DOI 10.22533/at.ed.5622114069	
CAPÍTULO 10	138
RELAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÃO ECONÔMICA: UM PONTO DE CONTATO EM HOBBS	
João Pedro Lopes Fernandes Matheus Correa de Sousa Heleno	
DOI 10.22533/at.ed.56221140610	
CAPÍTULO 11	155
RENTABILIDADE DAS EMPRESAS LISTADAS NO NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NA BM&FBOVESPA	
Andressa Bender André Luiz Comunelo	
DOI 10.22533/at.ed.56221140611	
CAPÍTULO 12	170
AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS EM UM CENÁRIO DOMINADO PELA MIDIATIZAÇÃO: O MOVIMENTO FEIRA COLETIVO CULTURAL	
Daniela Costa Ribeiro Fabiola Barbosa Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.56221140612	
CAPÍTULO 13	181
A JUVENTUDE CRIMINOSA: UMA PERSPECTIVA MIDIÁTICA	
Amanda Santos Nogueira Maria Gorett Freire Vitiello Tales Leon Biazão Sanches Vera Lucia Tieko Suguihiro	

Eliza Adriana Sheuer Nantes
DOI 10.22533/at.ed.56221140613

CAPÍTULO 14..... 188

DOM ADRIANO – O BISPO COMUNISTA

Adriana Bastos Kronemberger

DOI 10.22533/at.ed.56221140614

CAPÍTULO 15..... 196

RELIGIÕES POPULARES E CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: INTERFACES ENTRE
CONCEPÇÕES MÁGICAS E SECULARES

Rodrigo Marques Leistner

DOI 10.22533/at.ed.56221140615

CAPÍTULO 16..... 212

A ICONOGRAFIA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Christiane Meier

DOI 10.22533/at.ed.56221140616

CAPÍTULO 17..... 228

PRODUÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA AUXILIAR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NOS
MEMBROS SUPERIORES NA UTILIZAÇÃO DE APARELHOS ELETRÔNICOS COMO
CELULARES E SMARTPHONES

Luisa Gmach Taffarel

Nathália Magalhães Gonçalves

Cornélio Schwambach

DOI 10.22533/at.ed.56221140617

CAPÍTULO 18..... 238

INTERAÇÕES TEMPORAIS NA ERA DA CONVERGÊNCIA: PERSPECTIVAS DAS
GERAÇÕES Y E Z NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Moisés Cardoso

Álvaro Nunes Larangeira

Alexandre Artur Kumm

DOI 10.22533/at.ed.56221140618

CAPÍTULO 19..... 255

MARKETING DIGITAL - ESTRATÉGIA COMPETITIVA DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA REDE EMPRESARIAL NA REGIÃO DO CARIRI, CE

Francisco Wagner Alves da Silva

Márcia Maria Leite Lima

Pedro Ferreira de Lima

DOI 10.22533/at.ed.56221140619

CAPÍTULO 20..... 269

EMISSIONES DE GASES EFEITO ESTUFA NA PRODUÇÃO DE *COFFEA CANEPHORA*

Nilmar Diogo dos Reis

Fúlvio Antas Gibello

Jaqueline Severino da Costa
Luiz Gonzaga de Castro de Junior
Renato Elias Fontes
André Luís Machado

DOI 10.22533/at.ed.56221140620

CAPÍTULO 21.....287

PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO

Clodomir Barros Pereira Junior
Sandra Millicent Xavier Alves
Ingrid Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.56221140621

CAPÍTULO 22.....299

**IDENTIFICAÇÃO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
COMO SUPORTE AO PLANEJAMENTO, GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE:
ESTUDO DE CASO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS**

Ronaldo Ferreira Maganhotto
Letícia Silva de Moraes
Marciel Lohmann
Jairo de Oliveira Calderari Junior
Luiz Claudio de Paula Souza
Diogo Luders Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.56221140622

CAPÍTULO 23.....313

**IMPACTO GERADO PELA ADOÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FAIRTRADE PARA
PRODUTORES DE CAFÉ: UMA ANÁLISE SOBRE A ÓTICA ECONÔMICA E SOCIAL**

Nilmar Diogo dos Reis
Marina de Barros
Luiz Gonzaga de Castro de Junior
Antonio Carlos
Jaqueline Severino da Costa

DOI 10.22533/at.ed.56221140623

CAPÍTULO 24.....330

INVISIBILIDADE DO QUE É VISIVEL NOS CONTEXTOS RURAIS

Laércio de Souza
Lucia Helena de Souza Martins
Valmor Schiochet
Luciano Félix Florit

DOI 10.22533/at.ed.56221140624

CAPÍTULO 25.....343

**PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA UM PRODUTO DA LINHA DE MUDAS DE
FLORES**

Ana Carolina Althaus Bittencourt
Elian Mokfa Braciak

Bruna de Picoli
Rafaela Morgan
Luciane Fátima Nardi
Alaércio de Paris
Olivan Borges Greiner
Luciana Maria Bernstein Pavan
Rosângela Marcia Weippert
DOI 10.22533/at.ed.56221140625

CAPÍTULO 26.....355

AGENDAS PESSOAIS ENQUANTO EGODOCUMENTO: A REFLEXÃO ÍNTIMA NO ACERVO DA DR^a. GILBERTA BENSABATH

Augusto César Luiz Britto
Ana Paula Silva de Souza
Analaura Corradi

DOI 10.22533/at.ed.56221140626

SOBRE A ORGANIZADORA.....363

ÍNDICE REMISSIVO.....364

CAPÍTULO 7

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES, DO ESTADO E DO MERCADO NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA CAPITALISTA NO ESTADO DO PARÁ: UMA BREVE ANÁLISE

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 19/04/2021

André Cutrim Carvalho

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História/Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.
Belém – Pará
<https://orcid.org/0000-0002-0936-9424>

Pere Petit

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História.
Belém – Pará
<https://orcid.org/0000-0002-8970-3073>

RESUMO: O propósito fundamental deste artigo é discorrer, de forma objetiva, sobre a dinâmica de funcionamento das Instituições, do Estado, e do mercado na fronteira do Estado do Pará sob a égide de desenvolvimento do capital. A metodologia utilizada envolveu o método dedutivo porque parte do geral, isto é, a discussão sob a perspectiva do novo institucionalismo em torno do papel das Instituições, do Estado e do mercado; e, por conseguinte, o método indutivo porque considerou o particular, quer dizer, a importância das Instituições na promoção do desenvolvimento da fronteira econômica paraense. O novo institucionalismo procurou demonstrar que os mercados não são tão eficientes, e que a intervenção do Estado é necessária, desde que existam Instituições competentes para

o estabelecimento das “regras do jogo”. Contudo, do ponto de vista histórico, fronteira(s) representam o lócus do descumprimento das leis no âmbito de uma sociedade democrática. É o lugar em que o aparato normativo e coercitivo do Estado encontra-se ausente, ou quando existe está a serviço do poder de uma oligarquia agrária, o que acaba por ressignificar o próprio sentido da acumulação de capital. A principal conclusão do artigo demonstra que um sistema institucional evoluído pode, de fato, ajudar na efetivação do desenvolvimento econômico ao estruturar o entorno e, principalmente, estimular o processo de cooperação, de inovação e de aprendizagem, ainda que seja em uma região de fronteira. Entretanto, a fronteira econômica é, também, uma relação social de produção porque a estrutura da sociedade em construção no território da fronteira é, historicamente, dominada pelo capital.

PALAVRAS - CHAVE: Instituições; Estado; Mercado; Fronteira; Pará.

THE ROLE OF INSTITUTIONS, THE STATE AND THE MARKET IN THE EXPANSION OF THE CAPITALIST FRONTIER ON THE STATE OF PARÁ: A BRIEF ANALYSIS

ABSTRACT: The fundamental purpose of this article is to discuss, in an objective way, the dynamics of functioning of the Institutions, the State, and the Market on the frontier of the State of Pará under the aegis of capital development. The methodology used involved the deductive method because it starts from the general, that is, the discussion from the perspective of the new

institutionalism around the role of the Institutions, the State and the Market; and, therefore, the inductive method because it considered the particular, that is, the importance of the Institutions in promoting the development of the Pará economic frontier. The new institutionalism sought to demonstrate that markets are not as efficient, and that State intervention is necessary, as long as there are competent institutions for establishing the “rules of the game”. However, from a historical point of view, frontier(s) represent the locus of non-compliance with laws within the framework of a democratic society. It was the place where the normative and coercive apparatus of the State is absent, or when it exists, it is at the service of the power of an agrarian oligarchy, which ends up re-signifying the very meaning of capital accumulation. The main conclusion of the article demonstrates that an evolved institutional system can, in fact, help in the realization of economic development by structuring the environment and, mainly, stimulating the process of cooperation, innovation and learning, even if it is in a frontier region. However, the economic frontier is also a social relationship of production because the structure of society under construction in the territory of the frontier has historically been dominated by capital.

KEYWORDS: Institutions; State; Market; Frontier; Pará.

1 | INTRODUÇÃO

Na década de 60-70, o Estado brasileiro – sob a égide da ditadura militar – resolveu implementar um ambicioso projeto nacional de desenvolvimento, que tinha como objetivo a transformação do Brasil em uma grande potência econômica no longo prazo. Em um primeiro momento, essa política regional de ocupação e desenvolvimento da Amazônia foi executada com base no avanço da fronteira pecuária de corte extensiva.

No Estado do Pará, como visto por Becker (2001) e Velho (1972, 1976), a história da pecuária de corte em regime extensivo remonta aos primórdios do avanço da frente pastoril do Nordeste em direção à fronteira paraense, a partir do século XVIII. No século XX, as décadas de 60-70 representaram um novo capítulo da história da ocupação humana, e do desenvolvimento da Amazônia brasileira, em particular da fronteira paraense.

Na verdade, o processo de ocupação da fronteira paraense intensificou-se a partir de 1960 sob o impulso de políticas macrorregionais do Estado nacional: o I Plano de Desenvolvimento Nacional (1972-1974), a “Operação Amazônia” (1966), o Plano de Integração Nacional (1970) e, sobretudo, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). A consequência dessas políticas de Estado representou um intenso movimento migratório do Nordeste e do Sul para a região Norte, com destaque ao Estado do Pará.

Para Carvalho (2012, 2017), a “Operação Amazônia” definiu a estratégia de ocupação da recém criada Amazônia Legal e, também, antecipou as Instituições que seriam posteriormente criadas pelo governo federal, tais como: a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia S/A (BASA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a finalidade de serem responsáveis pela execução da nova política de ocupação e desenvolvimento, bem como

os instrumentos necessários para a execução da política de desenvolvimento regional (incentivos fiscal-financeiro da SUDAM, crédito bancário do BASA e a legalização de terras pelo INCRA) para viabilizar a penetração do capital sob a égide do governo militar.

Não obstante, logo foi percebido que tal estratégia não tinha obtido o sucesso econômico esperado pelos seus planejadores. Pelo contrário, a incontestável destruição da floresta amazônica e dos seus recursos naturais, além da poluição dos rios e igarapés por mercúrio no beneficiamento do ouro de aluvial dos rios amazônicos, devido o avanço da fronteira pecuária, resultaram em uma forte pressão dos movimentos ecológicos de defesa do meio ambiente da Amazônia brasileira.

Além disso, a implementação dos projetos de infraestrutura econômica na Amazônia – a exemplo da construção da Transamazônica (BR-230) no setor de transporte; e da construção de grandes usinas hidrelétricas para a geração e distribuição de energia elétrica à Amazônia e o resto do Brasil, como no caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – forneceram o capital social básico aos projetos produtivos de exploração mineral no Pará, a exemplo do “Grande Projeto Carajás”.

Na época, a expectativa do Governo Federal era de que os projetos agropecuários e minerais pudessem gerar as necessárias divisas em dólares, com as exportações de *commodities* minerais e carne bovina, para fazer face aos pagamentos dos elevados encargos de juros da dívida externa contraída pelo governo militar juntos aos bancos internacionais. Todavia, os efeitos gerados pelos “Grandes Projetos” – assim chamados os grandes empreendimentos de infraestrutura econômica e de atividades produtivas dos setores de mineração e agropecuários implantados pelo Estado – não foram suficientes para promover a integração e verticalização econômica esperada pelos seus idealizadores.

Isso posto, tendo como base a proposta de discussão neo-institucionalista, o mercado costuma representar um certo tipo de instituição formada, *a priori*, por uma rede de relações sociais diferenciadas e multifacetadas, que envolve, por exemplo, gerentes e empregados; proprietários e administradores; investidores e empresários, mas também abrange um conjunto de relações conturbadas entre cidadãos e políticos; políticos e burocratas; grupos de interesse e governos; e do próprio mercado para com o Estado.

Nestes termos, o principal objetivo do presente capítulo é discutir a dinâmica de funcionamento das Instituições, do Estado, e do Mercado na fronteira do Estado do Pará, a partir da lógica de desenvolvimento capitalista. Para isso, o presente artigo foi dividido em cinco seções, além desta seção de introdução, à saber: na segunda seção são apresentados os aspectos metodológicos; na terceira é apresentado o marco referencial teórico do pensamento institucionalista; na quarta seção discute-se o papel das Instituições, do Estado e do Mercado na expansão da fronteira capitalista do Pará; e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

21 METODOLOGIA E MÉTODO DE PESQUISA

A especificação metodológica constitui parte obrigatória da pesquisa acadêmica que adote o método científico, contudo, é preciso distinguir o método de abordagem dos ditos métodos de investigação. O método de abordagem diz respeito à filiação filosófica e ao grau de abstração do fenômeno estudado; já os métodos de investigação (ou procedimentos) de uma pesquisa consistem nas etapas concretas da investigação e do uso das técnicas de pesquisas adequadas.

Nas ciências sociais em geral, impõe-se uma restrição metodológica: que é a necessidade de confrontação da realidade pensada, abstraída do concreto, com a realidade empírica, isto é, aquela que é percebida pelos nossos sentidos. Por sua vez, como observado por Lakatos e Marconi (1991, p. 106): “os conhecimentos práticos estão submetidos à necessidade de conexão imediata com a realidade a que se referem”.

Na investigação teórica, diferentemente da investigação empírica – enquanto o método de pesquisa baseado em levantamentos de campo de dados primários ou mesmo em levantamento de dados secundários – o método de pesquisa tem a ver mais com o método de exposição das ideias: se dedutivo ou indutivo.

Nestas condições, o método utilizado neste artigo envolve o método dedutivo porque parte do geral, ou seja, a discussão envolvendo os fundamentos teóricos para a compreensão da dinâmica de desenvolvimento da fronteira econômica do Estado do Pará; e, também, o método indutivo porque considera o particular, o papel do Mercado, do Estado e das Instituições no processo de desenvolvimento econômico da região.

Como o objetivo é caracterizar o papel de todos no processo de desenvolvimento econômico do Pará, pode-se definir essa pesquisa como sendo do tipo exploratória. Para Gil (1991) *apud* Silva e Menezes (2005, p. 83):

[A] Pesquisa Exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; (...) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.

Além disso, o artigo em questão buscará o maior número possível de informações sobre a temática utilizando a técnica de pesquisa do tipo qualitativa, que tem como finalidade ampliar as informações sobre o assunto através de livros, artigos de periódicos e outras referências importantes. De acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20):

[A pesquisa qualitativa] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. (...) O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

3 | BACKGROUND TEÓRICO DO PENSAMENTO INSTITUCIONALISTA: DO ANTIGO AO NOVO

Do ponto de vista da história, o pensamento institucionalista da tradicional escola norte-americana costuma ser sintetizado por certas ideias fundamentais: 1º) de que a economia deve ser compreendida em sua totalidade, distinta dos fenômenos particulares que constituem a realidade econômica; 2º) a atividade econômica não deve ser entendida, apenas, como a soma das atividades individuais movidas pela busca interrompida do ganho econômico; e 3º) de que a sociedade econômica e suas instituições estão sujeitas a transformações no tempo. Dentre os pensadores que contribuíram para a formação da antiga escola institucionalista, pode-se destacar os seguintes autores: Thorstein Bunde Veblen (1857-1929), John Rogers Commons (1862-1945) e Wesley Clair Mitchell (1874-1948).

Na atividade econômica, como determina Veblen (1983), é possível discernir os padrões de uma ação coletiva, que não são reduzíveis à soma dos atos individuais. Com isso, a importância das instituições sociais ganha destaque na vida econômica, ou seja, essa noção de Instituição incluía, por conseguinte, não apenas as organizações criadas pelos governos, ou pela iniciativa privada para fins específicos – por exemplo, escolas, penitenciárias, bancos, famílias, entre outros – mas todo um conjunto de usos e costumes, leis e códigos de conduta, religião, modos de pensar e de agir, hábitos e convenções culturalmente sacramentados.

Em linhas gerais, os institucionalistas reconheciam a existência de conflitos de interesses entre grupos e desajustes inerentes à vida econômica. Nesta lógica, os interesses da pequena empresa devem se opor aos da grande empresa; de igual modo, os interesses dos empregados aos dos empresários; os dos consumidores urbanos aos produtores e comerciantes; os dos fazendeiros aos industriais e dos produtores domésticos aos dos importadores. Nesse universo de conflitos de interesses, portanto, os economistas institucionalistas admitiam a intervenção do Estado para reconciliar os “competidores” envolvidos através de políticas macroeconômicas capazes de assegurar o interesse comum e o bom funcionamento do sistema econômico.

Veblen (1983, p. 15-16) forneceu contribuição assaz importante à análise do comportamento coletivo, sobretudo dos hábitos e das mudanças operadas no âmbito das instituições sociais:

No curso da evolução cultural, o aparecimento de uma classe ociosa coincide com o início da propriedade. É uma coincidência necessária porque as duas instituições resultam do mesmo conjunto de forças econômicas. Na fase inicial do seu desenvolvimento, as duas são tão somente aspectos diferentes dos mesmos fatos gerais da estrutura social (...). Não é possível distinguir as duas instituições na fase inicial do seu desenvolvimento; as duas são consequências do desejo dos homens de obter sucesso e de ressaltar a sua proeza exibindo o resultado patente de suas atividades. As duas são também

consequência da inclinação de domínio de que estão imbuídas todas as comunidades predatórias.

Para Veblen (1983), a classe ociosa – banqueiros e rentistas especuladores – não demonstram outra motivação no sistema econômico capitalista, como a proeza e a façanha na fase predatória, além da pecuniária, isto é, a busca pelo dinheiro para gerar mais dinheiro. A motivação pecuniária e o consumo conspícuo definem os estilos de vida, as boas maneiras; o bom gosto e a indumentária definem a feição, neste caso, o padrão sociocultural de uma sociedade e de uma civilização em contraposição à barbárie.

Apesar das importantes contribuições dos institucionalistas pioneiros, tais como Veblen, Commons e Mitchell, a abordagem teórica pretendida neste trabalho, como parte do escopo deste referencial teórico adotado, estará centrada nos elementos conceituais dos novos institucionalistas formado, basicamente, por Oliver Eaton Williamson e Douglass Cecil North.

Os neo-institucionalistas defendem a ideia de que o essencial para o entendimento do desenvolvimento de uma economia de mercado é apreender a constituição e evolução das instituições econômicas e políticas da sociedade em que vivemos. Para Carvalho (2012, p. 40-41):

(...) os institucionalistas entendem as instituições como qualquer padrão de comportamento coletivo, constitutivo do universo cultural de uma sociedade. Essa noção de instituição inclui, portanto, não apenas as organizações criadas pelos governos (agências administrativas) ou pela iniciativa privada para fins específicos – escolas, penitenciárias, bancos, famílias, etc. – mas o conjunto de usos e costumes, leis e códigos de conduta, religião, modos de pensar e de agir, hábitos e convenções culturalmente sacramentados. As instituições econômicas, tais como o monopólio, a moeda, o crédito, as relações sociais entre empresas e trabalhadores, as leis sociais, o sistema previdenciário, a delimitação de fronteira de fronteira legal ou territorial, os padrões de distribuição da riqueza e da renda, constituem também alvo principal dos institucionalistas.

Em conformidade com North (1990, p. 40): “As instituições podem ser formais (leis, decretos-lei e regulamentos do Estado que balizam o comportamento dos membros de uma dada sociedade) e informais (as convenções e códigos criados historicamente pela sociedade)”. As instituições formais interagem com as informais e isso pode complementar ou melhorar a eficácia das últimas ou mesmo modificá-las ou substituí-las com o tempo.

Williamson (1985) – um dos principais expoentes da nova economia institucional – rejeita a velha ideia de uma ordem social harmônica e reconhece a existência dos conflitos de interesses entre grupos e desajustes inerentes à vida econômica. Nesse universo de conflitos de interesses, como apregoa Williamson (1985), os novos institucionalistas admitem a possibilidade de intervenção do Estado, para reconciliar os contendores, por meio de políticas socioeconômicas capazes de assegurar o interesse comum, bem como o bom funcionamento do sistema econômico. Dosi e Ortenigo (1988, p. 19) afirmam:

As instituições sociais relevantes incluem não somente as organizações sem fins lucrativos e com as suas atividades funcionais não voltadas para o mercado, mas sim “todas as formas de organizações, convenções e comportamentos humanos que não são diretamente mediados por meio do mercado.

Para Douglass North (1990), as mudanças consistem de ajustamentos marginais ao complexo de regras, normas e imposições regulamentares que compõem a estrutura institucional de país. North (1990) identifica um processo de causação circular e cumulativa entre instituições eficientes, sendo que o núcleo desta formulação é o suposto de que a evolução das relações mercantis demandam instituições que, através da diminuição dos riscos e da proteção dos contratos privados, impulsionem estas relações por meio de um movimento cumulativo e favorável ao desenvolvimento econômico.

As inovações institucionais orientadas segundo as necessidades de proteção, garantias e informação dos mercados constituem, deste modo, o processo essencial do desenvolvimento econômico. Por oposição, o não-desenvolvimento é o resultado também de uma causação circular e cumulativa em que as instituições tolhem o funcionamento dos mercados instabilizando os contratos, atropelando os direitos de propriedade e criando outros, inibidores das trocas. Nas palavras de Carvalho (2012, p. 38):

As instituições reduzem certos custos de transação, isto é, os de fazer e manter um contrato, mas ao mesmo tempo engendram outros custos, além do que, elas diminuem o grau de incerteza proveniente de comportamentos imprevisíveis e, conseqüentemente, facilitam a identificação de parceiros adequados para as transações e a elaboração de contratos, levando em conta o maior número possível de eventualidades.

Na realidade, as instituições têm um papel assaz importante ao entrarem como forma de minimizar os custos de transação. Existem diversos tipos de custos de transação: custos de *measurement* (desconhecimento da qualidade real e completa do produto) e *enforcement* (relacionado a transações complexas que requerem um tipo de proteção). De fato, as instituições providenciam a estrutura de incentivos de uma economia, e como tal modelam a direção da mudança econômica na direção do crescimento, estagnação ou declínio econômico. Para Aoki (2007, p. 07):

An institution is self-sustaining, salient patterns of social interactions, as represented by meaningful rules that every agent knows and incorporated as agents' shared beliefs about the ways how the game is to be played.

Diante disso, Carvalho (2012, p. 70) afirma:

(...) um sistema institucional evoluído e complexo pode ajudar na promoção do desenvolvimento ao estruturar o entorno, estimulando a cooperação, inovação e aprendizagem em uma região. Esse tipo de mecanismo reforça o fortalecimento das instituições, e reduz os custos de transação e de produção, aumentando a confiança entre os atores e com isso fortalecendo as redes de cooperação entre os mesmos e incentivando a aprendizagem e interação.

É importante ressaltar que ao discutir as “Instituições”, não se está discutindo obrigatoriamente e exclusivamente aquelas formais, mas também de ideias e valores. De fato, mudanças institucionais visando o desenvolvimento podem e devem ser buscadas. Instituições não formais costumavam ser suficientes para conduzir os negócios. Entretanto, como hoje em dia isso dificilmente ocorre, está em curso uma combinação das duas vias.

Sobre isso, Medeiros (2001) observa que a questão mais complexa em torno do novo institucionalismo econômico envolve, em primeiro lugar, a ação econômica e do processo de mudança social, pois precisa levar em consideração o quanto as instituições moldam os comportamentos humanos. O processo de mudança histórica que resulta da concorrência econômica e do poder político põe em marcha um movimento reticular, ainda que possua certos propósitos, é desprovido de finalidade; ainda que guiado por planos, não é planejado.

Portanto, como visto por Carvalho (2012, 2017), a modelação do comportamento, a aceitação de normas, a formação da personalidade, por fim, o processo civilizatório que os cientistas econômicos e sociais percebem, apenas, funcionalmente é um longo processo não redutível a uma razão econômica, todavia para um conjunto de circunstâncias historicamente específicas, pois formam-se diferentes variedades e estilos nacionais de capitalismo, e são as instituições que emergem desse processo, que não são nem racionais nem irracionais, eficientes ou ineficientes, mas, sim, sociais.

4 | O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES, DO ESTADO E DO MERCADO NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA CAPITALISTA NO ESTADO DO PARÁ

Na concepção de Carvalho (2012, p. 61):

É hoje reconhecido que o neo-institucionalismo econômico tem se constituído na escola de pensamento que trouxe os aportes mais fecundos para a análise das instituições em geral e da burocracia em particular, especialmente por ter desenvolvido instrumentos analíticos para a análise das transações sociais dentro das estruturas de mercado e fora dessas estruturas como é o caso das relações entre as organizações públicas e privadas.

A forma institucional de tratar a relação mercado e Estado supera a velha dicotomia que opõe mercado ao Estado e vice-versa. Para Przeworski (1998, p. 39-40), a própria frase “o mercado está sujeito às intervenções do Estado é enganadora”. Na realidade, a abordagem neo-institucionalista descola a análise para a estrutura institucional que produz resultados racionais coletivos. Para Przeworski (1998, p. 40-41 *apud* Carvalho, 2012, p. 61):

O problema de uma estrutura institucional não é mais simplesmente a oposição entre o Mercado versus o Estado, mas sim de novas instituições específicas (redes sociais, por exemplo) que podem induzir os atores individuais – atores econômicos, políticos ou burocratas – a se comportarem de maneira benéfica

à coletividade. A teoria econômica neo-institucionalista mostra que "os mercados não são tão eficientes e que a intervenção do Estado pode melhorar as soluções do mercado. O Estado tem importante papel a desempenhar não só no que diz respeito a garantir a segurança material para todos e a buscar outros objetivos sociais, mas também como promotor do desenvolvimento econômico.

Quando se entende que os mercados são instituições sociais incompletas, e que os agentes econômicos para terem acesso a informações diferentes têm que pagar, isto implica dizer que os mercados como tais somente existem como sistemas econômicos organizados de forma diferente.

A economia, entretanto, é formada por uma rede de relações sociais diferenciadas e multifacetadas que envolve gerentes e empregados, proprietários e administradores, investidores e empresários, mas também envolve relações políticas entre cidadãos e políticos, políticos e burocratas e grupos de interesse e governos, em que o desempenho dos mercados, de governos e da economia em geral depende do *design* das instituições que regulam essas relações sociais existentes.

Isso posto, quando faltam alguns mercados e os indivíduos têm acesso a diferentes informações criam-se as condições sociais para o estabelecimento entre as classes de atores de relações do tipo *agent x principal*, regidas por contratos explícitos ou implícitos. Nas palavras de Przeworski (1998, p. 45):

Os *agents* dispõem de certas informações que os *principals* não observam diretamente: os agents sabem o que os motiva, têm conhecimento privilegiado sobre suas capacidades, e podem ter a chance de observar coisas que os principals não podem ver.

Em uma relação simples do conserto de um carro, por exemplo, o mecânico é o *agent* que não só dispõe de mais de informação do que o *principal* (o proprietário do automóvel), mas, às vezes, pode executar algumas ações que, pelo menos em parte, são realizadas sem o conhecimento do *principal*. Em termos genéricos, portanto, o problema que o *principal* tem que enfrentar, segundo Przeworski (1998, p. 45), é:

Como induzir o *agent* a agir em seu interesse (*principal*) respeitando ao mesmo tempo a restrição à participação – isto é, oferecendo ao agent a renda (ou o benefício) da próxima melhor oportunidade –, e a restrição de "compatibilidade do incentivo", isto é, permitindo ao agent que atue também em nome de seus próprios interesses.

Voltando ao exemplo simples, isto significa que o *principal* (o dono do carro) tem não só que pagar o *agent* (o mecânico) o suficiente para que ele queira que voce volte, mas também encontrar um meio de fazer com que o mecânico saiba que voce só voltará se ele fizer um bom serviço no seu carro.

Percebe-se que a economia é formada por uma rede de relações humanas e sociais diferenciadas e multifacetadas entre classes de *agents* e *principals*: gerentes e

empregados, proprietários e administradores, investidores e empresários, mas também de cidadãos e políticos, políticos e burocratas e grupos de interesse e governos.

Ou seja, para que um modelo governamental de qualquer país do mundo funcione bem, todas essas relações institucionalizadas devem estar minimamente conectadas na tentativa de alcançar um ponto em comum: o desenvolvimento econômico, especialmente em uma região periférica do ponto de vista do capital, como representa o território de fronteira do Estado do Pará.

Nestas circunstâncias, pode-se dizer que a Amazônia Legal é um produto institucional de uma política de ocupação de uma região vazia em termos demográficos, por razões geopolíticas e geoeconômicas, tendo em vista à necessidade não somente de integrar economicamente esse gigantesco território a economia nacional, como também assegurar a soberania nacional contra a ameaça da cobiça internacional.

Na década de 60-70, a fronteira como a “terra prometida” – propagandeada pela ditadura militar, por parte da imprensa e outros elementos da classe dominante – passa a ser o lócus privilegiado para a propaganda da ideologia do *laissez-faire* no sentido da oportunidade de mobilidade social se comparado com condições sociais anteriores. Daí a importância da ideologia da fronteira nas economias de mercado, pois ela atua como uma imagem da possibilidade de melhoria do padrão de vida para os “pioneiros” – homens de trabalho e homens de negócios.

Petit (2018, p. 04) observa que: “Os recortes do território que fixam as fronteiras entre países e os limites regionais e divisões político-administrativas internas dos Estados-Nação, têm que ser vistos como construções sociais e não como produto da natureza”.

Assim, fica evidente que com a penetração do capital na fronteira, tudo mudou e todos mudaram, inclusive a terra passou a ser vista como uma mercadoria fictícia, ou melhor, como um ativo de alta liquidez. A ocupação, a posse, a moradia, a roça, a criação de animais, os vizinhos e todo o conhecimento do lugar – onde os trabalhadores rurais moram – deixou de ser relevante para assegurar o regime de direito de propriedade capitalista.

Com isso, os ocupantes, posseiros e donos de terras teriam que possuir um documento jurídico, registrado em cartório, para que as diferentes formas de “propriedade reais” ocupadas fossem consideradas propriedades legais pelo Estado. Para Carvalho (2012, p. 135):

A controvérsia sobre a terra na fronteira amazônica é uma contestação que envolve a luta pela posse ou domínio das terras devolutas, estaduais ou federais, entre colonos e posseiros contra fazendeiros e grandes empresas desejosas a expandir os seus negócios agropecuários. A tendência deste debate, que culmina na luta pela terra, é a expropriação dos produtores autônomos que não dispõem de nenhuma proteção econômica, política e jurídica sobre suas terras ocupadas de que dispõem a grande empresa que decide ocupar e expandir suas atividades agropecuárias na região.

É por conta disso que existe a necessidade de que os problemas agrários resultantes da expansão da fronteira agropecuária no Pará, que acabam por afetar o seu desenvolvimento, sejam analisados sob a ótica do neo-institucionalismo. Sob a base de argumentação de Santos (1979), ao atribuir tal relevância as Instituições, supõe-se que o tratamento da questão da luta pela terra afeta os principais atores envolvidos no drama do Pará agrário: de um lado, os grandes proprietários e as grandes empresas rurais e, de outro, os posseiros e trabalhadores rurais.

Carvalho (2012, p. 135-136) demonstra, por fim, que na “fase de pleno domínio da economia extrativista, as instituições regionais que regulavam a dinâmica de funcionamento da economia amazônica caracterizavam-se pelo quase imobilismo social quanto aos problemas da posse e uso da terra”.

Na Amazônia Legal, especialmente no Estado do Pará, a terra é um meio de produção fundamental para o desenvolvimento das grandes explorações agropecuárias com base em regime extensivo, logo a distribuição injusta da propriedade da terra acaba, a secular desigualdade social, acabou por afetar diretamente o desenvolvimento da região até os dias de hoje.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, em especial no Estado do Pará, ainda existe uma relativa abundância de terras agricultáveis nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos e industriais do país. Apesar da histórica concentração de terras de propriedade de uma oligarquia agrária nas zonas ocupadas, ainda assim há uma imensa área de fronteira para ser conquistada, como indica Carvalho (2012, 2017).

O setor agropecuário, que compreende o conjunto de atividades econômicas vinculadas à exploração do solo para a obtenção de alimentos e matérias-primas de origem vegetal e animal, desde a década de 60-70 vem passando por grandes transformações estruturais decorrente do processo de modernização conservadora, que se seguiu a industrialização pesada. Carvalho (2012, p. 69) afirma que:

A progressiva incorporação das terras dessa parte do território nacional, antes inacessíveis e pouco povoada, vem se dando através do processo da apropriação privada da terra e dos recursos naturais existentes no solo, no sub-solo e nas águas da bacia amazônica.

É nesse contexto que se insere a expansão da fronteira agropecuária ocorrida nas últimas cinco décadas, tendo como principal palco de conflitos a fronteira do Pará. A fronteira agropecuária pode ser tanto interna quanto externa aos estabelecimentos agropecuários e dos territórios das macrorregiões em que eles se situam. Porém, muito mais importante do que essa dicotomia subjacente à noção de fronteira é identificar os fatores responsáveis pelo movimento de avanço da fronteira.

O rápido desenvolvimento do capitalismo na fronteira econômica do Pará tem resultado no processo de monopolização da terra. As terras devolutas ou já ocupadas pelos pequenos posseiros e antigos moradores têm sido objeto de cobiça e expulsão ou subordinação dos posseiros e índios.

Atualmente, os grandes proprietários capitalistas têm feito uso de mecanismos espúrios para aumentarem o tamanho de suas fazendas de gado bovino. São eles: compram as terras dos posseiros; ou usam da violência e da coação para expulsar os trabalhadores rurais de suas terras ocupadas; ou ainda usam métodos fraudulentos, com a conivência da burocracia dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela regularização e titulação de terras na Amazônia para se apropriarem de terras devolutas ou ocupadas.

A expansão da frente pioneira agropecuária na região, quando justaposta ao avanço da frente de expansão de base camponesa, acaba criando uma zona de conflitos e violência social que descamba para a acumulação primitiva de capital, portanto a fronteira econômica no Estado do Pará desempenha um papel importante como “válvula de escape” para reduzir as tensões e os conflitos agrários. Porém, mesmo nesta fronteira, há uma tendência de aumento da concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários, o que torna o desenvolvimento da fronteira econômica do Pará algo muito complexo e de difícil alcance.

Conforme Graziano Da Silva (1981, p. 114): “é fronteira do ponto de vista do capital, isto é, como afirma Carvalho (2017, p. 145), “como uma relação social de produção capitalista”, ou seja, a fronteira econômica é uma relação social de produção porque a estrutura da sociedade em construção no território da fronteira é dominada pelo capital”.

REFERÊNCIAS

AOKI, Masahiko. Endogenizing Institutions and Institutional Change. **Journal of Institutional Economics**, v. 3, n; 01, p. 01-37, 2007.

BECKER, B. K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafio do presente. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (Org.). **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília, MMA, 2001.

CARVALHO, André Cutrim. **Expansão da Fronteira Agropecuária e a Dinâmica do Desmatamento Florestal na Amazônia Paraense**. Campinas, SP. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2012.

CARVALHO, A. C.. Frontiers and Economic Institutions in Brazil: an approach focused on the new institutional economics. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 125, mar. 2017. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5225>>. Acesso em: 24 out. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n1p125>.

DOSI, Giovanni; ORSENIGO, Luigi. Coordination and transformation: an overview of structures, behaviours and change in evolutionary environments. In: DOSI, G. et al.. **Technical Change and Economic Theory**, Pinter Publishers, 1988.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J.. A porteira já está fechando? In: _____. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 115-125.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Instituições, estado e mercado no processo de desenvolvimento econômico. **Revista de Economia Contemporânea**, v1, n1, Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, jan-jun/2001. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19636>. Acesso em: 06/03/2021.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1990.

PETIT, Pere. Fontes Orais & História Política e os estudos de História Local e Regional. In: **XIV Encontro Nacional de História Oral, 2018**. Campinas-SP. Anais Eletrônicos do XIV Encontro Nacional de História Oral, p. 01-10, 2018.

PRZEWORSKI, A. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agent x principal. In: **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Luiz Carlos Bresser Pereira e Peter Kevin Spink (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, UFSC, 4 ed.Ver.Atual. Florianópolis ,2005

VEBLEN, T. B. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

VELHO, O. G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária:** um estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato:** um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo, Difel, 1976.

WILLIAMSON, O. E. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. New York, The Free Press, 1985.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 9, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 363
Adriano Hypólito 188, 189, 190, 192, 193, 194
Agenda 187, 206, 355
Agricultura familiar 320, 330, 336, 337, 339, 341, 342
Agronegócio 269, 270, 313
Alfabetização Financeira 6, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46
Alimentação Saudável 107
Amputação 228, 229, 233, 234, 235, 236
Arquivo Pessoal 355, 356, 362
Arte Sacra 212, 225
Ato Infracional 181, 182, 184, 186

B

Bibliotecas Universitárias 6, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 76, 77, 78, 79

C

Café 9, 112, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 283, 284, 285, 286, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 323, 324, 327, 328, 329
Catolicismo 188, 191
Certificações 313, 315, 316
Cobertura Vegetal 5, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 302, 303
Comércio Justo 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 324, 325, 326, 327, 328
Complexidade 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 59, 61, 62, 63, 69, 129, 177, 252, 330
Comunicação 27, 70, 170, 171, 173, 177, 180, 187, 238, 253
Conflitos de gerações 330
Consumidores 81, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 93, 98, 107, 110, 111, 113, 197, 200, 238, 239, 241, 244, 257, 258, 267, 268, 353
Contexto Rural 330, 332
Controle social 1, 2, 71
Cultura Política 8, 2, 5, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 207, 208
Custos 78, 100, 116, 118, 121, 124, 125, 126, 134, 273, 284, 286, 311, 343, 344, 345, 347, 352, 353, 354
Custos de transação 100, 121, 124, 125, 126, 134

D

Deficientes 228, 229, 231, 235, 236

Degradação Ambiental 287, 290

E

Egodocumento 10, 355

Ensino em contabilidade 6, 12, 15, 26

Ensino Médio 6, 20, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 46

Estado 7, 2, 11, 15, 27, 37, 40, 84, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 114, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 134, 136, 137, 139, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 168, 169, 172, 181, 182, 186, 191, 193, 194, 198, 200, 208, 230, 233, 270, 271, 272, 279, 280, 285, 291, 293, 298, 300, 324, 348, 356

F

Fluência 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 59, 60, 63

Fragilidade Física Ambiental 299, 301

Fronteira 7, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 151, 197, 210

G

Gases Efeito Estufa 8, 269, 270

Geoprocessamento 294, 299

Gestão da conservação 287, 289, 296

Gestão Estratégica 6, 66, 67, 68, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Governança Corporativa 5, 7, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 169

I

Iconografia Cristã 212

Ideologia 103, 138, 139, 140, 141, 146, 147, 153, 180, 191

Instituições 7, 3, 14, 15, 18, 20, 23, 50, 67, 69, 70, 73, 76, 77, 80, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 128, 131, 132, 133, 136, 143, 147, 158, 167, 174, 176, 184, 185, 192, 201, 205, 207, 231, 239, 243, 273, 315, 340

Interações 8, 141, 177, 183, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 339

Invisibilidade social 330

L

Língua Portuguesa 14, 48, 49, 50, 54, 57, 59, 62, 63, 64

M

Marketing 8, 46, 81, 83, 88, 107, 108, 110, 113, 118, 119, 120, 202, 240, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 267, 268, 314, 328

Marketing Digital 8, 255, 256, 257, 258, 267, 268

Marxismo 138, 154, 188, 194

Mercado 5, 7, 12, 21, 25, 28, 30, 31, 37, 73, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 94, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 142, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 169, 183, 186, 202, 210, 228, 229, 231, 239, 254, 257, 258, 268, 278, 313, 314, 315, 316, 323, 324, 325, 326, 329, 344, 347

Mercado de capitais 156, 158, 159, 168

Metodologia Qualitativa 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6

Metodologia Quantitativa 1, 3, 4, 5, 6, 7

Metodologias de ensino 6, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24, 25, 26

Mídia 5, 70, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 203, 212, 239, 241, 243, 251, 253

Mídias Digitais 180, 238, 243, 255, 259

P

Paisagem Patrimonial 287, 290

Parque Nacional 9, 299, 300, 301, 304, 307, 311

Patrimônio Cultural 5, 287, 288, 291, 293, 296, 297, 298, 337, 338

Pensamento Secular 196, 210

Percepção discente 12, 13, 14, 17, 19, 22, 25

Planejamento 9, 6, 32, 33, 36, 46, 49, 50, 52, 66, 73, 74, 75, 79, 83, 92, 114, 117, 119, 123, 129, 255, 257, 267, 291, 296, 299, 301, 311, 312, 317, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 352, 353, 354

Planejamento Estratégico 66, 74, 75, 79, 255, 257, 267

Plano de negócios 109, 114, 117, 118

Plano Orçamentário 343, 344, 349, 353

poder 2, 4, 6, 35, 49, 71, 80, 94, 101, 142, 151, 152, 171, 174, 183, 189, 190, 194, 201, 202, 206, 210, 222, 225, 255, 256, 289, 325, 330, 331, 333, 334, 337, 340, 345, 346, 360

Poder 5, 136, 330

Produção de coffea canephora 8, 269

Produtos de giro rápido 6, 81, 82, 83, 89, 91

Q

Quentinhas Saudáveis 107, 108, 109

R

Redes Sociais 8, 82, 101, 238, 239, 240, 244, 250, 252, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 266, 267

Relação Econômica 7, 138, 142, 144, 148

Relação Jurídica 7, 138, 142, 144, 147, 148, 152

Religiões Populares 8, 196, 197, 208, 209

Rentabilidade 7, 116, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 314, 326, 339

Repetição de tarefas 52, 63

Responsabilidade Social 66, 72, 78, 79, 287, 293, 297

S

Santíssima Trindade 8, 212, 215, 216, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226

Sistemas de crença 196, 197, 198, 205, 206, 209

Sociedade pós-industrial 121, 128, 130, 133, 135, 136

T

TáxiGov 7, 121, 134, 137

Técnicas de pesquisa 1, 3, 4

Touch 228, 229, 230, 234, 235, 236

V

Variáveis de controle 28, 38, 39, 40, 41, 42, 43

Vendas 6, 81, 82, 83, 84, 89, 92, 93, 117, 159, 161, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 344, 345

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021